

Governo cede à pressão de ministros

Da Agência Estado

A equipe econômica do governo decidiu ontem reduzir os cortes impostos no Orçamento da União, distribuindo parte do R\$ 1,1 bilhão, previsto como reserva técnica, depois de ser pressionada pelos outros ministérios. A divisão desses recursos começa a ser feita na próxima semana, por meio de portarias do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. A decisão de reforçar o caixa dos ministérios foi tomada um dia depois de o governo anunciar corte de R\$ 7,462 bilhões no Orçamento deste ano, aprovado pelo Congresso.

Um dos primeiros a protestar contra os cortes e ter a garantia de que o ministério voltará a ter um orçamento de R\$ 205,3 milhões este ano — e não os R\$ 110,2 milhões divulgados quinta-feira pela equipe econômica — foi o novo ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, que foi o relator do Orçamento Geral da União de 2000. O ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg,

também teve a promessa de que a pasta terá mais R\$ 100 milhões.

“Sou ministro e faço parte da equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas vamos disputar por mais verbas no Orçamento”, afirmou Melles. Ele conversou com Tavares, que lhe assegurou um reforço no orçamento da pasta, saltando dos R\$ 110,2 milhões para os R\$ 205,3 milhões, aprovados pelo Congresso. A mesma garantia foi dada a Sardenberg pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente. Sardenberg está certo de que receberá mais R\$ 100 milhões no Orçamento de R\$ 1 115 bilhão da pasta de Ciência e Tecnologia. Segundo a assessoria do ministério, estes recursos extras estarão no *Diário Oficial* da União (DOU) de terça-feira.

NADA DE RETALIAÇÃO

O ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, é outro que tem esperanças de que o corte de R\$ 2,491 bilhões no orçamento da pasta seja revisto pelo governo. Na avaliação dele, o ministério poderá vol-

Ronaldo de Oliveira 9.5.00



Melles: disputa por mais verbas no Orçamento

tar a ter um orçamento de R\$ 4,887 bilhões, conforme aprovado pelo Congresso, dependendo do desempenho da economia. Padilha descartou, no entanto, que a redução de 51,08% das verbas aprova-

das para a pasta pelos parlamentares represente retaliação do Palácio do Planalto contra o PMDB, partido do ministro. Na votação da medida provisória (MP) que fixou o salário mínimo em R\$ 151, os peemedebistas foram os mais infieis ao governo.

“Não vejo nenhum tipo de represália a ninguém; o que existe é necessidade de um superávit”, explicou o ministro. As pastas que estão nas mãos do PMDB — o Ministério da Integra-

ção Regional e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, além dos Transportes — foram as mais afetadas por cortes orçamentários. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, também se apres-

sou em divulgar uma nota, afirmando que, ao longo deste ano, o MEC poderá ser autorizado a atingir plenamente o limite fixado pelo Congresso. No Orçamento aprovado, o Ministério da Educação teria R\$ 4,024 bilhões. Mas a equipe econômica cortou o orçamento da pasta para R\$ 3,829 bilhões — uma redução de 4 83%.

Os cortes no Orçamento feitos pela área econômica foram criticados por aliados do governo no Congresso. “Achei os cortes muito duros e isso me preocupa”, afirmou o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). “O governo não pode parar o país em nome de um ajuste fiscal que não termina nunca”, reclamou o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também reclamou dos cortes feitos pelo governo. “Pretendo apresentar um projeto ainda neste semestre para tornar o Orçamento impositivo, fazendo com que o Congresso aprove o que será cumprido”, disse Antonio Carlos.